

HABEAS CORPUS Nº 567.868 - SP (2020/0072538-5)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : RODOLPHO PETTENA FILHO
ADVOGADO : RODOLPHO PETTENA FILHO - SP115004
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAM GUSTAVO DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **WILLIAM GUSTAVO DA SILVA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 9 anos, 7 meses e 10 dias de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 1.440 dias-multa, como incurso nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006.

Em sede recursal, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo.

Neste *habeas corpus*, alega o impetrante que os antecedentes do paciente foram indevidamente sopesados, visto que não há condenação anterior definitiva.

Aduz que a quantidade e a natureza do entorpecente não constituem elementos idôneos para afastar o redutor do tráfico privilegiado.

Requer, liminarmente e no mérito, a fixação das penas básicas no mínimo legal, a incidência da minorante do art. 33, § 4º, da Lei de Drogas na fração máxima e o estabelecimento do regime mais brando.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, sobretudo cópia da folha de antecedentes do paciente, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, com **urgência**.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator